

Raoni sela a paz com vitória



Marcelo Di Pietro

Raoni depôs a borduna e colocou o cocar de cacique na cabeça do chefe branco

A frente de 17 outros chefes indígenas, desembarcou ontem em Brasília, o cacique Txucarramãe Raoni, chefe da aldeia Cretire. Ele veio celebrar, com o ministro do Interior, Mário Andreazza, o tratado de paz que pôs fim à batalha verbal e de ameaças que durou um mês e meio. Os índios, que haviam feito seis reféns entre funcionários da Funai e apreendido uma balsa que faz a travessia do Rio Xingu na BR-080, conseguiram praticamente tudo que queriam: a exoneração do presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima; uma faixa de 15 Km (pretendiam 40), acompanhando a margem direita do Xingu, entre a BR-080 e a Cachoeira Von Martius, e a partir desta, uma outra faixa de cinco quilômetros por 30, até a Correideira do Travessão; toda a área sagrada do Capoto, com 186 mil hectares e reivindicada há 18 anos; e o recuo da BR-080 para seu traçado original que contorna o parque, ao invés de cortá-lo. O cacique Raoni, assim como todos os outros chefes, vieram pintados para a guerra e armados com suas bordunas e delas só se separaram quando a paz foi selada, no auditório do Ministério do Interior. Com uma troca de abraços, Raoni entregou sua arma a Andreazza (Página 6)

Final feliz para a questão do Xingu



O cacique Raoni expressou sua felicidade pela vitória

"Eu gostei muito quando o ministro do Interior, Mário Andreazza, perguntou quem foi que conseguiu a terra para nós, índios, quem foi que nos deu a terra. Pois fomos nós que a ganhamos agora". Assim, com a certeza da vitória, o cacique Raoni se pronunciou ontem após Andreazza haver firmado, juntamente com ele, acordo concedendo aos Txucarramãe, do Parque Nacional do Xingu, — que agora com 304 mil hectares, ficou com área maior do que o Rio de Janeiro — todas as reivindicações daqueles índios. São elas: uma faixa de 15 quilômetros à margem direita do Rio Xingu no trecho compreendido entre a BR-080 e a cachoeira de Von Martius, e a partir desta, uma outra faixa de cinco quilômetros, por 30 aproximadamente até a Corredeira do Travessão; toda a área do Capoto — terra sagrada e reivindicada há 18 anos — com 186 mil hectares, e o desvio da rodovia BR-080 para seu traçado original, passando a contornar o Parque ao invés de cortá-lo. Os índios obtiveram, ainda, a exoneração do presidente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Ferreira Lima, e se comprometeram a liberar o tráfego na BR-080 e devolver a balsa à administração da Funai.

De acordo com assessores do Ministério do Interior, o Governo Federal será obrigado a pagar uma indenização no valor de Cr\$ 8 bilhões pela área de 15 quilômetros por 70 que terá que desapropriar, correspondente a 118 mil hectares.

Após a interdição de toda a área que passou a pertencer aos índios xinguanos, que será realizada hoje, o Minter encaminhará à Procuradoria Geral da República o processo indenizatório, findo o qual as terras, já desapropriadas, serão demarcadas. O ministro acredita que no prazo de dois meses tudo estará resolvido.

Andreazza reconheceu que "foi uma negociação um pouco prolongada", mas disse que era necessário que assim fosse, em virtude dos vários órgãos envolvidos no assunto e por esse motivo gostaria que o acordo firmado tivesse o consenso de todos, para que fosse realmente "um documento de definitivo como foi assinado".

O ministro após se dizer muito feliz com a solução encontrada para o problema, lembrou que seu objetivo, entre outras coisas, "foi o de corresponder aos anseios de toda a nação brasileira, que tem demonstrado em todos os momentos uma afeição muito grande e um interesse enorme pelas populações indígenas".

— Ficam aqui os nossos agradecimentos ao deputado Mário Juruna que sempre participou de todas as negociações e desejo dar ao cacique Raoni uma ênfase especial ao seu sobrinho Megaron que conduziu muito bem os seus trabalhos. Ele teve sempre a preocupação de ser o seu representante em todos os momentos. E qualquer deliberação a condicionava à sua aceitação, disse o ministro.

Respeito

Sempre com o apoio dos 17 caciques que pintados de preto, para a guerra, e portando bordunas o acompanharam até Brasília, Raoni enfatizou:

— Eu quero ver o branco respeitar o nosso povo e os índios também respeitarem o branco. Vocês não podem nos enrolar mais, nem tratar mal. Vocês acabaram como meu povo que está apertado e não tem mais casa, não tem mais terra, coitado. Eu e o meu sobrinho Megaron, que é líder, estamos querendo o bem do nosso povo, por isso pensem em nós com o coração.

Raoni disse ao Ministro, quando este pediu-lhe que seja sempre seu amigo, que gostaria que isso acontecesse, e que Andreazza continuasse cuidando do seu povo, que ele, cacique, continuaria cuidando do dele.

O cacique afirmou que quem nasceu no Brasil primeiro foram seus antepassados, depois "veio o português que brigou e matou muita gente, roubou mulheres e crianças", tendo começado aí o seu sofrimento. Muito tempo após terem reconquistado terras no Xingu o general Bandeira de Mello, que foi presidente da Funai na época do Governo Médici, se tirou permitindo a construção da estrada BR-080.

— Ele pensa que eu sou bobo, não penso e não me lembro de nada, mas eu não sou não, e me lembro de tudo. Conheço a vida do branco que é diferente da nossa e só quero o bem para todos, salientou o cacique.

Funai

A Fundação Nacional do Índio deverá ser assumida interinamente pelo superintendente Lamartine Ribeiro de Oliveira, ex-refém. Este juntamente com os outros três, Carlos Grossi, diretor do Departamento de Assistência ao Índio, Sidnei Possuelo, indigenista e Cláudio Romero, administrador do Parque — que deverá permanecer no cargo — estiveram presentes à solenidade, e durante todo o tempo foram favoráveis a todas as solicitações feitas pelos Txucarramãe.

Fazendeiros protestam

Em telex enviado anteontem à tarde aos ministros da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, Interior, Mário Andreazza, e dos Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jeremias Lunardelli Neto manifestou, em nome dos fazendeiros do Xingu e dos demais agropecuaristas da Amazônia, preocupação com a "ausência de uma política clara acerca das reservas indígenas, que em futuro próximo poderá provocar litígios incontroláveis, que cercearão a ocupação amazônica, criando quistos que poderão pôr em risco a integridade nacional".

Jeremias Lunardelli Neto lembrou aos ministros que as terras reivindicadas pelos índios Txucarramãe foram vendidas anteriormente pelo governo a particulares, devendo, caso a reivindicação seja atendida, ser integralmente indenizados os seus proprietários, "a fim de evitar o descrédito do governo em seu permanente apelo à ocupação ordenada e consciente da Amazônia Legal Brasileira". O presidente da Associação dos Empresários da Amazônia afirma ainda no telex que a solução do problema não deve prescindir da colaboração e participação dos empresários envolvidos.

Kadiweus em clima tenso

Campo Grande — A terra dos índios kadiweus volta a experimentar um clima de tensão, que poderá resultar em um novo conflito entre eles e os posseiros que lá estão há mais de um século, segundo observou ontem o presidente da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (Famasul), Otair Ávila, segundo ele, pelo menos 60 fazendeiros, considerados posseiros pelos indígenas, não arredarão pé da Serra Bodoquena, em junho próximo, quando expira o prazo de permanência de cada um deles na área considerada reserva indígena.

Para tratar desse assunto, 40 posseiros estiveram em audiência ontem com o governador Wilson Barbosa Martins, solicitando dele providências, no sentido de rever o recente decreto do presidente João Figueiredo que homologa a ampliação da reserva indígena, numa área de 373 mil hectares, desde o ano de 1903. Eles asseguram que pelo menos 165 hectares foram incluídos no decreto presidencial, e pertencem a fazendas estabelecidas ali desde 1889, quando a demarcação da reserva ocorreu pela primeira vez.